MINHAS MEMÓRIAS

Tony Boita¹

RESUMO

Este texto dedica-se a apresentar uma breve história da minha vida. Ele traz reflexões tristes e indícios de um mundo violento e fóbico. Falarei sobre as ausências e os mecanismos de invisibilização e apagamento de registros e da memória de pessoas LGBTQ+. Em contraposição ao apagamento das memórias, também ressalta-se a necessária tentativa de garantir o direito à memória e à história a grupos historicamente excluídos, embora sejam parte significativa da sociedade.

*

Nasci na cidade de Aragarças, Goiás, e cresci em vilarejos ribeirinhos às margens do rio Araguaia. Trata-se de uma região no centro-oeste do Brasil bastante periférica em relação aos famosos postais. Minha família, majoritariamente composta de mulheres negras, fortaleceu as piadas infames dos meus colegas de rua. Desde então, falava que quando crescesse seria uma mulher, já que era o “bendito ao fruto”.

Assim como outras pessoas de casa, eu auxiliava minha mãe nos afazeres domésticos. Gostava de limpar e lavar louça, adorava ser útil. Minha mãe, avó e tia, trabalhavam durante o dia, e eu ficava feliz em poder ajudar. Mas os vizinhos comentavam porque eu, um menino, fazia o serviço de mulher. Rapidamente minha mãe respondia: - Quando eu morrer, ele saberá se virar.

Na escola não era diferente, odiava futebol. Queria jogar vôlei com minhas colegas. Mas novamente era assediado pelos professores e meninos a jogar o “jogo de homem”. Propositalmente me colocavam no goleiro. Entre bicudas e pontapés, sempre saía ferido e chorando. Nesta época, ganhei o apelido de “mariquinha”. Com isso, minha mãe me trocou

¹ Museólogo, mestre em Antropologia e doutorando em Comunicação pela UFG. Editor da Revista Memória LGBTQ+ e membro da Rede LGBT de Museologia Social. É autor do livro Museologia LGBTQ+: Cartografia das Memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores. Atualmente é diretor do Museu das Bandeiras, Museu de Arte Sacra da Boa Morte e Museu Casa da Princesa (Ibram/Mtur). E-mail: tonyboita@hotmail.com

de escola algumas vezes, mas a violência permanecia onde quer que eu fosse.

Cresci. Superei a violência do bairro, da escola, do dia a dia. Sobrevivi ao HIV, ao suicídio, ao alcoolismo, à homofobia, ao medo. Talvez nascer em uma família de mulheres possibilitou que eu sobrevivesse a luta diária ao ódio, ao horror e à diferença.

Hoje, com 34 anos, me pego pensando: Como não morri afogado em minhas lágrimas? Como não me suicidei? Como sobrevivi a tamanha brutalidade? Como não fui morto ou assassinado? Como fui corajoso o suficiente para me assumir e sair de casa aos 16 anos? Como não precisei traficar ou me prostituir para sobreviver longe de casa?

Como viver em um país que, diariamente de forma brutal, assassina pessoas, travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais e homossexuais? Como sobreviver a violência psicológica, as piadinhas sem fim no mundo do trabalho, a impunidade, a ausência, a invisibilidade?

Viver em um mundo de ódio é ter a certeza de que você não voltará para casa para os braços daquelas pessoas que você decidiu viver. Viver em um local onde sua casa é pichada, apedrejada, é um motivo de não querer viver. Viver entre piadas, desaforos e entender que isso é normal, não é viver. Viver sem memórias LGBTQ+, não é viver.

Como viver em um mundo onde só há o direito de não ter direito (BOITA, 2014, p. 13)?

Memória

Qual a idade da pessoa LGBTQ+ “velha” que você conhece? Caso seja maior que 50 anos você conheceu um sobrevivente de guerra, onde a trincheira é a vida. Chamo assim, uma vez que estas pessoas passaram por alguns fatos históricos em que poucas pessoas sobreviveram, como por exemplo a AIDS, a Ditadura Militar, a Homofobia, a perseguição, a solidão e o abandono. E hoje lutam para garantir uma velhice longe do armário.

Vamos mais longe? Quais memórias você tem de pessoas trans e travestis? Não se espante, de fato, estes registros são ignorados às vezes pelas próprias letrinhas – LGBTQ+. Quando associadas à questão de raça e classe, a invisibilidade é ainda maior. Como exemplo podemos citar a histórica batalha de Stonewall, na qual majoritariamente nos artigos,

exposições e discursos são visibilizados a luta de homens gays – brancos. Pouco se sabe, por exemplo, da luta das mulheres trans e travestis naquela ocasião e em tantas outras. Angela Davis (2018, p. 94), lembra de Miss Major, uma “ídoa negra, transgênera homem para mulher, e ex-presidiária, nascida e criada no South Side de Chicago e ativista veterana. Ela participou da Revolta de Stonewall, em 1969”.

De forma teórica, entendemos que a memória é uma categoria viva, dinâmica, seletiva, documental, manipulável e constantemente em conflito. Para Mário Chagas (2009, p. 47) a memória passa a ser a ferramenta “utilizada para recordar, para comemorar, para garantir a ordem inaugurada (no passado)”. Com isso, criam-se espaços de rememoração ao passado, entre eles os museus, que se tornam ordenadores da memória, dos saberes e das artes (Ibidem, p. 53) e, claro, do poder, do ódio e das fobias. Michael Pollack (1989, p. 10) chama a atenção para as memórias ausentes, aquelas silenciadas, entre elas “os criminosos, as prostitutas, os ‘associais’, os vagabundos, os ciganos e os homossexuais”. Contudo, por ser seletiva, a memória sempre será disputada, surgindo assim relações de poder conforme aponta Mário Chagas (2009). Ressalta-se que as negligências destas memórias resultaram na perseguição e discriminação destes e outros grupos. De fato, as ausências resultam, a médio e longo prazo, em um profundo silenciamento social que perpassa os museus e os patrimônios culturais. Com isso, a memória, através de uma seleção excludente, poderá resultar um efeito catastrófico aos grupos subalternos (SPIVAK, 2010), tais como, a comunidade de pessoas LGBTQ+.

Para Maria Cristina Bruno (2000) as memórias são fundamentais para a “vivacidade e a força das lembranças individuais e coletivas” (BRUNO, 2000, p. 17). Desta forma, a memória é entendida aqui como um elemento ligado diretamente à materialização/construção da cultura e da realidade vivida. As memórias são permeadas, manipuladas e estruturadas pelo poder (FOUCAULT, 1977; CHAGAS, 2006). Por exemplo, podemos citar as casas de memórias ou museus, espaços criados na modernidade pelo Ocidente para preservar a memória materializada, bem como promover discursos e narrativas oficiais heteronormativas. Nesta chave de significações, é comum vermos as representações de um discurso que visa a manutenção de um passado com sua tradição e conservadorismo, ou seja, o protagonismo hegemônico do homem branco, ocidental e

colonizador, uma representação presente na maioria dos museus e dos patrimônios culturais da humanidade. Mas como essas memórias podem ser influenciadas pelo poder do Estado?

A memória manipulada pelo Estado é uma prática do poder. Para Anamaria Marcon Venson e Joana Maria Pedro (2012), a memória é uma invenção estimulada pelas relações de poder. Segundo as autoras, o “ato de rememorar se configura dentro de uma relação de poder” (VENSON; PEDRO, 2012, p. 126-127), afinal, tudo que lembramos ou esquecemos está contido ou ainda é construído em uma teia de lembranças e esquecimentos “determinadas por referenciais culturais” (Ibidem, p. 127), além de serem forjadas pelas relações de poder. Para elas, “aquilo que entendemos como memória, e o próprio uso da memória como fonte de um conhecimento produzido, são práticas datadas e dimensionadas por relações de poder” (Ibidem, p. 126). Portanto, para as autoras, a memória é prática e está diretamente ligada com as relações de poder.

Por sua vez, como estratégia há o apagamento das memórias. Segundo Adrienne Rich (2010, p. 25), apagar os registros são “(...) métodos pelos quais o poder masculino é manifestado e mantido”. Curioso notar, que as sexualidades e identidades humanas estão distantes de um padrão museal, estabelecido nos espaços de memória, uma vez que esses locais visam controlar e normatizar os corpos e mentes. Estimuladores da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), as instituições de memória estimularam e ainda estimulam “(...) a destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica” (Ibidem, p. 24), bem como, o “apagamento da existência lésbica (...) na arte, na literatura (...)” (Ibidem, p. 26). Ressalta-se que estas ausências fortalecem o apagamento, o silenciamento, a perseguição e a discriminação das lésbicas. Por fim, a ausência das memórias lésbicas, ocasionadas pelo apagamento, resulta a longo e curto prazos em um profundo silenciamento social que perpassa pela memória e pelo patrimônio cultural.

Portanto, a memória é seletiva, e essa seleção é excludente, em especial pela necessidade de assegurar aquilo que os grupos dominantes consideram como bons costumes e suas tradições, negando direitos para o presente e futuro para todos os que não enquadram nos panoramas construídos.

Violência ou Morte?

Em março de 2019, a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexual – *ILGA* publicou o seu relatório anual sobre a dignidade humana e a criminalização de pessoas LGBTQ+. Segundo o relatório, 70 países no mundo criminalizam a comunidade LGBTQ+, onze destes ainda aplicam a pena de morte. Em contrapartida, 203 países no globo possuem algum direito ou algum tipo de medida protetiva.

Somente em 2020, conforme aponta o Grupo Gay Bahia, foram assassinados 237 LGBTQ+. Ressalta-se que nesta análise não foram incluídas as pessoas mortas por diversos erros médicos, muito comuns em pacientes soropositivos, assim como não foram incluídas as pessoas LGBTQ+ que se suicidaram.

Tais dados evidenciam uma estratégia de Estado de apagar “tudo que não presta”². A ausência de políticas públicas que garantam às pessoas LGBTQ+ a dignidade humana, acompanhado, por outro lado, do discurso de ódio de políticos, empresários e pessoas midiáticas, resultam no alto índice de mortalidade, em especial, de pessoas LGBTQ+ periféricas, negras e jovens. Dessa forma, ao eliminar a juventude LGBTQ+ hoje, o Estado elimina futuras vidas, memórias e a possibilidade de amanhã para esses jovens

Um arco-íris no fim do túnel?

No dia 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal, equiparou a HomoLesboTransfobia como crime de racismo. Agora, na teoria, além dos espancamentos e assassinatos, até mesmo piadas e ameaças poderão levar uma pessoa para cadeia e/ou a pagar uma multa. *Escrevo esse texto ouvindo aqueles homens e mulheres proferindo seus votos. Meu coração está acelerado.*

De fato, isso não paga o que sofremos ou resolverá todo o problema. Mas, ao menos, garantirá que a nossa juventude e aquelas outras pessoas que virão tenham uma vida com uma maior proteção, pautada na liberdade e na segurança. Fico emocionado só de imaginar um país onde as pessoas LGBTQ+ possam sentar-se em um comum banco de praça, numa mesa de bar, em um assento de ônibus ou no sofá de suas casas sem correrem o

² Discurso proferido pelo deputado federal do Rio Grande do Sul em novembro de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-prestam.html>> Acesso em: 9 jun. 2019.

risco de serem devorados pelo ódio. Ou, ainda, possam caminhar nas ruas de mãos dadas, de modo tão consensual que nem mesmo se será notado.

Talvez, como o sonho narrado em “Go West” por Village People nos fins dos anos setenta, nos sirva de inspiração. Naquele período, nos Estados Unidos, a AIDS estava chegando para ceifar milhares de vidas, em especial de pessoas homossexuais. Acompanhando a doença estavam diversas crises políticas e sociais e uma expressão LGBTfóbica generalizada na sociedade.

No Brasil, não foi diferente, a AIDS assolou-se em um turbulento período brasileiro. Mas o luto fortaleceu os sobreviventes. De fato, a contracultura, somada ao advento da AIDS, transformou as vidas, memórias e histórias de pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Não é à toa que ainda hoje lembramos destes acontecimentos históricos e memoráveis. Convenhamos, as pessoas LGBT+ que nos antecederam fizeram um bom trabalho para registrar suas memórias na sociedade. Hoje comemoramos 50 anos de Stonewall e tantas datas e marcos célebres – que venham mais conquistas para termos mais festas³.

Não tivemos avós para nos contar felizes lembranças do passado, mas tivemos amigos que nos narraram esses acontecimentos. Não fomos à guerra, mas enfrentamos a morte disfarçada de vírus e gente LGBTfóbica. Não somos rápidos, mas confrontamos, resistimos e, quando necessário, fugimos das perseguições diárias do nosso cotidiano. É nessa maré que vivem os sobreviventes.

Se antes lutamos por direitos fundamentais, hoje lutamos pela garantia da dignidade humana.

3 Para saber mais sobre estas memórias, visite o site da Revista Memória LGBT em www.memorialgbt.org

REFERÊNCIAS

BOITA, Tony Willian. **Memória LGBT: Mapeamento e Musealização** em Revista. 2014. 62 f. TCC (Graduação) – Curso de Museologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://www.cienciassociais.ufg.br/up/106/o/TCC_Tony_Museologia_UFG_2014.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BOITA, Tony Willian. **Cartografia etnográfica de memórias desobedientes**. 2018. 211 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9364>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. **Museologia: a luta pela perseguição ao abandono**. São Paulo, 2000 (tese de livre docência/ Universidade de São Paulo).

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó, SP: Argos, 2006, 135 p.

___, Mário. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. **Cadernos de Sociomuseologia**, América do Norte, 19, Jun. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/k6Ep4t>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1** – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2013/2014/2015/2016/2017/2018/2019/2020/2021**. Disponível em: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homicidios-2013.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

ILGA. **Maps: sexual orientation laws**. 2019. Disponível em: <<http://ilga.org/mapssexualorientation-laws>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

RICH, Adrienne. "Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica". *In: Revista Bagoas*, n. 10. Natal: UFRN, 2010.

SPIVAK, Gaiatry. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *In: História Oral*, V. 15, n.2, p.125-149. 2012.